## PROJETO DE LEI № , DE 2008. (Do Sr. AUGUSTO CARVALHO)

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

## O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

"Art. 13 (...)

.....

§ 2º Quando negativo, o saldo do imposto deverá ser restituído em até 12 meses, contados a partir do último dia útil do ano-calendário da declaração de rendimentos." (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, determina a apuração do saldo em reais do imposto a pagar ou o valor a ser restituído, relativamente aos rendimentos percebidos no ano-calendário, devendo o contribuinte apresentar anualmente, até o último dia útil do mês de abril do ano subseqüente, declaração de rendimentos à Secretaria da Receita Federal.

A legislação define a forma de apuração do imposto, as despesas passíveis de dedução e o montante apurado que constituirá, se positivo, saldo do imposto a pagar e, se negativo, valor a ser restituído. Dispõe, ainda, que, quando positivo, o saldo do imposto deverá ser pago até o último dia útil do mês fixado para a entrega da declaração de rendimentos.

Ora, e quando negativo, porque não se estabelecer um prazo para a restituição? Outro não é o espírito da presente proposta senão o de determinar que, nesse caso, o saldo do imposto deva ser restituído em até um ano.

Em geral, nossa legislação tributária remonta ao século passado e, como praxe, prevê a restituição do imposto de renda pago por antecipação. Todavia, o imposto pago a maior no início de um ano, vai ser apurado na declaração de ajuste apresentada no mês de abril do ano subseqüente e, provavelmente, devolvido no decorrer desse ano ou, não raro, no segundo ano. Entretanto, se acaso houver, na declaração de ajuste daquele ano, imposto a pagar, este certamente é cobrado com todo rigor, não obstante o crédito pendente do contribuinte, ou seja, em certos casos, o contribuinte tem imposto a pagar de determinado ano, ao tempo que pode possuir restituição do ano anterior.

A administração pública, com o tempo, adquiriu, como não poderia deixar de ser, a evolução imposta pelo avanço tecnológico, que assegura mais velocidade no

processamento de dados e maior capacidade no cruzamento de informações, notadamente, proporcionando mais eficiência à máquina estatal.

A evolução tecnológica, a instantaneidade da informação e a modernização administrativa proporcionam mais agilidade na execução das tarefas. A Receita Federal dispõe, atualmente, de equipamentos eletrônicos de última geração que, sem maiores percalços, nos faz admitir que não há necessidade de uma limitação temporal maior que um ano para que os técnicos tributários concluam seus trabalhos. Prazo esse que é reivindicação maciçamente apresentada como sugestão pelos contribuintes alcançados pela medida, indicando o interesse a que a legislação, ultrapassada, no particular, não tem atendido.

Ademais, não se justifica a retenção da restituição do imposto por prazo superior há 12 meses, mesmo porque em situação oposta, ou seja, quando há saldo de imposto a pagar por parte do contribuinte, o máximo permitido pelo Fisco para quitação do montante devido é a divisão do valor em até 8 parcelas.

Assim, esta proposta prevê uma solução de ordem prática que possibilite aos contribuintes tempo razoável para restituição do imposto de renda, vez que nossa legislação tributária é muito severa com prazos e penalidade para os contribuintes e muito mais complacente com o dever Estado.

Nesse sentido, é com base nesses argumentos que me valho para solicitar a meus ilustres Pares seu necessário apoio à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, de março de 2008.

Deputado AUGUSTO CARVALHO PPS / DF